

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.537.846 - MG
(2019/0197787-9)**

RELATOR : MINISTRO RAUL ARAÚJO
EMBARGANTE : JOSÉ CARLOS SALVIANO
ADVOGADOS : RENATA MAHFUZ - SP222977
FERNANDO CAMPOS SCAFF E OUTRO(S) - SP104111N
EMBARGADO : VALTER PETRAGLIA
EMBARGADO : ROSELI BORGES DOS SANTOS PETRAGLIA
ADVOGADOS : RÚBIA CRISTINA SILVA - MG080376
BRUNO ARAUJO - MG053341N

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos por JOSÉ CARLOS SALVIANO, em face da decisão monocrática de fls. 450/452 e-STJ, que conheceu do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Em suas razões, o embargante alega a existência de contradição na decisão embargada, visto que a fixação das verbas sucumbenciais deve observar as regras previstas no CPC/1973 porquanto o ajuizamento da ação em questão se deu ainda na vigência da legislação anterior.

Impugnação aos embargos apresentada às fls. 461/465.

É o relatório. Passo a decidir.

Não há falar em contradição na decisão atacada. Com efeito, era mesmo de rigor a manutenção do acórdão proferido na origem, que adotou o valor da causa como critério para a fixação dos honorários sucumbenciais, nos termos do art. 85 do CPC/2015, em conformidade com a jurisprudência desta Corte.

Logo, a insurgência trazida nos aclaratórios apenas traduz discordância com o desfecho dado ao feito. Aliás, o vício que justifica a oposição dos aclaratórios é o interno ao julgado, que redundava em omissão, contradição ou obscuridade. A insatisfação com o resultado do julgamento, portanto, não é impugnável por instrumento que objetiva a correção de vício interno da decisão que causou a inconformidade da parte, mas por recurso processual adequado.

Ante o exposto, rejeito os embargos de declaração.

Superior Tribunal de Justiça

Publique-se.

Brasília/DF, 11 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO
Relator